



Noites de Bagdá. Terror assombra “guerra urbana” de São Paulo¹

Beatriz Marocco²
PPGOM-UNISINOS/RS

Resumo

Este texto trata de um acontecimento jornalístico – a “guerra urbana” em São Paulo – e toma para material de exploração, formação de arquivo e análise um conjunto de relatos produzidos sobre a mesma durante cerca de quatro meses pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Neste período de tempo estendido, que não é o tempo efêmero da notícia, a reconstituição do acontecimento em uma sucessão de quadros evidencia, em um primeiro nível de análise, dois âmbitos de existência do discurso jornalístico sobre o que foi anunciado pelo jornal como uma “guerra urbana”: o âmbito do crime e o âmbito do terrorismo. Já em um segundo nível de análise, relativo aos elementos que formam cada um dos quadros, o jornalismo aparece como um espaço de manifestação de outros espaços e de funcionamento das relações de poder de uma rede de instituições.

Palavras-chave

Guerra urbana; Folha de S. Paulo; terrorismo.

Entre maio e agosto de 2006 os jornais registram uma sucessão de motins em penitenciárias e conflitos nas ruas de São Paulo. O jornal *Folha de S. Paulo*, mais concretamente, anuncia que dentro e fora das prisões paulistas ocorre uma “guerra urbana”. Uma miríade de relatos apresentará este acontecimento jornalístico sob a cartola “guerra urbana”, adotada na edição do dia 14/05/2006, e apontará um lento processo de deslocamento de sentido que esse mesmo acontecimento jornalístico carrega, de conflito entre uma “facção criminosa” – o Primeiro Comando da Capital (PCC) – e a polícia, a um fenômeno global que até esse momento parecia ser um mal dos outros: o terrorismo.

A ruptura com a ordem vigente, naturalizada na expressão “facção criminosa”, será prognosticada lentamente ao longo do período e parece estar cristalizada na edição de 19/08/2006 em que a manchete do jornal “Governo quer congelar as contas de facção criminosa” penetra as linhas fixas do diagrama e traça os novos limites de uma moldura para a cena trágica de uma mulher libanesa de negro que chora ao lado de uma das

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Jornalismo.

² Jornalista, doutora em jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona, coordenadora do grupo de pesquisa Estudos em Jornalismo (CNPq), editora da revista Verso e Reverso da Unisinos, pesquisadora da Unisinos, autora de “Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico (Editora Unisinos, 2004), organizadora do livro “Era Glacial do Jornalismo” (Sulina, 2006). E-mail: bmarocco@unisinos.br



tumbas de vítimas do ataque de Israel a Qana (FSP, 19/08/2006, p. C1). Do interior desse fenômeno de linguagem, que não é propriamente uma realidade, uma coisa, brilha uma estreita vizinhança entre as ações do “terror” no Oriente Médio e as ações do PCC, que será formalizada um mês depois pelos discursos político e jurídico das notícias “CPI vai propor leis que definam crime organizado e terrorismo” (FSP, 07/09/2006, p. C4) e “Juízes fazem lobby para endurecer lei penal” (FSP, 23/09/2006, p. C1).

Nossa proposta no texto que segue é apresentar os resultados de um trabalho de exploração de documentos jornalísticos e de organização de um arquivo que reúne o que foi fragmentado e plasmado nas páginas da FSP durante quatro meses. Com base nesse arquivo foi possível reconstituir o acontecimento em uma sucessão de quadros que evidenciam com clareza, em um primeiro nível de análise, a sua vinculação a dois âmbitos discursivos sobre a “guerra urbana”: o âmbito do crime e o âmbito do terrorismo. Já no nível dos elementos que formam a descrição de cada um dos quadros, o jornalismo aparece como um espaço de funcionamento das relações de poder que se dão no corpo social em torno da insegurança cotidiana: a) as pessoas com medo formam um mosaico representativo da população de São Paulo; demonstram indiferença ou revolta e se manifestam no anonimato, temendo represálias, ou fora dele, invariavelmente, para pedir ao estado mais proteção policial; b) a polícia posiciona-se como o representante da segurança pública e sinaliza em seu bojo uma tensão latente entre as funções de proteção e repressão que dão lugar em um momento determinado da cobertura à figura dos “corruptores”, agentes que atuam facilitando fugas em troca de dinheiro e poderiam estar envolvidos na morte de colegas a mando do PCC (05/07/2006, p. C1); c) o governo e as instituições ligadas à segurança pública traçam as estratégias de combate ao crime organizado dentro e fora dos presídios e usam os jornais para a divulgação das mesmas; as suas decisões são evidenciadas quando provocam efeitos sobre a hierarquia de mando ou sobre os resultados dos conflitos ou quando ocultam o número de mortos e feridos nos dois lados, interferindo no trabalho dos jornalistas; e c) o PCC ocupa invariavelmente a posição de ataque; é vinculado a ações ligadas à destruição, motim nos presídios e às mortes de agentes penitenciários, policiais e civis; a estrutura de funcionamento da organização é minuciosamente descrita; os presidiários são silenciados, com exceção do líder Marcola que é apresentado em uma espécie de “ficha policial”, mas não tem direito à voz.

No âmbito do crime

O jornal apresentará três ondas de ataques entre “facções criminosas” e as forças policiais do estado, desde a irrupção do acontecimento, sob a forma de motins nos presídios em represália ao enquadramento dos líderes do PCC no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), situando-as no interior das penitenciárias e no espaço urbano³. Os indivíduos serão tratados como “facção criminosa”; as rebeliões nos presídios serão nomeadas “operações”. As “operações” serão apresentadas como “ações” e “ataques” contabilizados diariamente e o conjunto dos mesmos receberá a cartola “guerra urbana”. Os “territórios perigosos” em que esses indivíduos atuam ou podem ser encontrados e o seu líder Marcola serão visibilizados em descrições pormenorizadas e cartografias ilustradas por infográficos.

Primeiro quadro. Em menos de 24 horas, os motins se alastram para 22 presídios e as ações do PCC ganham as ruas. A escalada de mortes responde à decisão do governo estadual de isolar os líderes do PCC. Durante dois dias, o jornal publica no canto inferior esquerdo da página um simulacro de “ficha policial” do principal deles, Marcola, identificado por uma fotografia em cores e elementos como nome, posto, crimes, onde estava preso e atuação (FSP, 13 e 14/05/2006, p. C1 e A9). Na terça-feira, 16 de maio, a *Folha* irá agregar valor midiático à ficha e visibilizar a vida de Marcola em história de três quadrinhos/atos dedicados à sua infância, escola e liderança (FSP, 16/05/2006, C14). No dia 14, a primeira página do jornal, a mudança de editoria – de Brasil para Cotidiano – e a introdução da cartola de cobertura “guerra urbana” são elementos que dão sustentação à retórica de guerra adotada pelo jornal. O discurso jornalístico mostra, paralelamente, a enormidade da fúria destruidora e das baixas: “O maior ataque já realizado contra as forças de segurança de São Paulo, orquestrado pela facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) deixou pelo menos 30 pessoas mortas e 32 gravemente feridos” (abertura do texto de chamada da primeira página); já na edição seguinte a chamada de primeira página teve a seguinte abertura: “A violência

³ O jornal estabelece os marcos das três ondas de violência da “guerra urbana”. A primeira onda: “Ataques começam após transferência de 765 detentos ligados ao PCC para a Penitenciária 2 de Presidente Venceslau”; a segunda onda: “Superlotação e condições precárias em presídios destruídos pela primeira onda de ataques são alguns dos motivos que levam a facção a promover novos atentados”; e terceira onda: “Um prédio do Ministério Público na capital é alvo de ataques” (FSP, 09/08/2006, p. C3).

e o medo se espalharam por São Paulo no terceiro dia de ataques do crime organizado contra as forças de segurança do Estado” (FSP, 15/05/2006, p. A1).

Segundo quadro. No interior desse quadro, a repórter Laura Capriglione dedica-se a uma exploração do “clima de guerra” que havia entre os policiais em serviço na madrugada de sábado para domingo. A tensão era “tão infernal” que foi quase um alívio o ataque de 40 tiros contra a base comunitária da Guarda Civil Metropolitana, na avenida Sílvio Ribeiro Aragão, no Campo Limpo. “Um raio não cai duas vezes no mesmo local”, teria dito a ela um soldado. Na estrada de Itapeirica, que teve as pistas estreitadas por obstáculos, em frente à delegacia, policiais vestidos com coletes à prova de balas paravam com gritos e armas apontadas às motos que se aproximavam. De madrugada, quatro homens metralharam o lugar. Nas ruas, segundo o relato da mesma repórter, as pessoas não demonstravam medo, nem mesmo as que circulavam nas imediações dos lugares perigosos, como a base comunitária da PM no Jardim Ranieri, uma das subdivisões do Jardim Ângela que apareceu no fim dos anos 90 no topo das estatísticas de homicídios no país. Em frente à panificadora A Francesinha, que funciona 24 horas por dia, acontecia um baile. A periferia da cidade, como a repórter testemunhou, não tem medo da guerra do PCC. A casa de espetáculos de Guarapirã, vizinha à base comunitária de Guarapiranga, “bombava com 800 foliões chacoalhando com a banda Fettynia, Carlos e Marcel, além das Mocréias e sua trupe” (FSP, 15/05/2006, p. C16).

Terceiro quadro. No dia 16, em 20 páginas, a *Folha* vai materializar o complexo campo discursivo em que se desenvolvia a “guerra urbana” dedicando-se à descrição de uma cidade sitiada, que pára com medo, e à arte da guerra, tanto nos ataques, rebeliões e trégua promovidos pela “facção criminosa”, como nas ações de defesa da ordem promovida pelas forças policiais. Os restos das marcas de tiros e destruição que até a véspera eram a única imagem de um combate recente, mas já passado, são atualizadas sob diversas formas – ônibus queimados, viaturas policiais alvejadas por balaços (FSP, 16/05/2006, p. A1).

Quarto quadro. A figura de um policial em posição de ataque, com um dos pés apoiado no meio fio e o outro em movimento, com a mão direita sustentando a arma apontada para um alvo, mão esquerda apoiando o cano longo da arma e a mão direita no

gatilho, a menos de dois metros de uma adolescente de cenho franzido e olhar interrogador e à mesma distância de uma outra policial de costas, como se estivesse dando proteção ao companheiro, que está no primeiro plano, são os elementos que articulam os âmbitos do dizível e do visível, em um tempo que não é o que passou, mas o tempo do que poderá ocorrer na “guerra urbana”. O policial anuncia o provável combate na favela Tiquatira, na zona leste de São Paulo. A manchete, ao contrário, dedica-se ao que já ocorreu e está afinada no tom alarmista: “Temor de novos ataques causa pânico e fecha escolas e lojas”; a linha de apoio vai atualizar os números da violência nos quatro dias anteriores de “confronto” entre as polícias e o PCC (FSP, 16/05/2006, primeira página).

Quinto quadro. No aeroporto, um grupo de passageiros, não identificados pelo jornalista, sob as vistas de três policiais, participam da operação provocada pelo anúncio de uma bomba – quatro deles de frente para nós, apenas uma dirigindo-nos o olhar, os outros três se projetam para alvos que fogem ao nosso controle, um passageiro olha para o chão, outro parece perguntar algo ao companheiro que se distanciou dele com a entrada da religiosa que volta as costas para o leitor, uma terceira mulher, ao fundo, ensaia um gesto com a mão esquerda, como se conhecesse um segredo que os outros desconhecem e fosse contá-lo em conversa pelo telefone celular. Todos os passageiros estão vigiados por dois vultos que aparecem no fundo do quadro e por um policial civil, posicionado no primeiro plano, que carrega uma arma de cano longo voltado para baixo; de perfil, o policial projeta para trás o que pode ser identificado, pela presença de um censor, como uma fila de passageiros tentando cruzá-lo com suas bagagens. No momento em que o fotógrafo coloca essas figuras a descoberto, por trás delas há uma cena paralela e silenciada, definitivamente invisível ao fotógrafo, aos passageiros e a nós, leitores, que somente o texto revelará parcialmente: a cena da equipe do esquadrão anti-bombas com seus cães farejadores rastreando a presença de uma bomba no saguão principal do aeroporto, que seria acionada na segunda-feira de acordo com uma ligação telefônica anônima feita à polícia de um orelhão da Av. do Cursino, na zona sul de São Paulo (FSP, 16/05/2006, p. C3).

Sexto quadro. No mesmo dia (16/05/2006) em que capta a iminência do ataque e o apresenta em um quadro em que a polícia parece estar no comando das ações, a *Folha* registra a imagem do guarda civil (edição nacional) que assiste a destruição de um



ônibus pelo fogo e ao voltar-lhe o dorso e mirar-nos parece compartilhar conosco e com a personagem de O Grito de Edvard Munch (1863-1944) a impotência diante de uma situação exterior ao seu domínio.

Sétimo quadro. Os presos da cadeia de Franca com as mãos cruzadas sobre a nuca ou sobre a cabeça baixa aguardam o término da operação de busca de celulares nas celas. Sem camisa e em atitude de completa submissão, eles são atingidos por um duplo ataque verbal: o veto da justiça ao sinal de celular na prisão e a aprovação pelo Senado do Regime de Segurança Máxima (RDD) para presos ligados ao crime organizado, que permite isolá-los por 720 dias, entre outras medidas de um pacote de 11 projetos que visam endurecer a lei penal brasileira. E contemplados com um desabafo do governador Cláudio Lembo em que – a contrapelo da maioria falante – ele culpa a “elite branca” pela onda de violência em São Paulo (FSP, 18/05/2006, p. A1).

Oitavo quadro. Oito dias depois das primeiras ações do PCC e das forças policiais, a FSP deixa aparecer em sua primeira página a ação repressiva do estado contra os presídios onde tudo iniciara. Não há imagem, apenas a manchete que informa sobre a restrição de visitas aos presídios onde ocorreram rebeliões. No interior e no litoral houve dois incêndios de ônibus e um ataque à base policial, sem relação comprovada com a “facção” e sem registro de vítimas. Mesmo assim, segundo antecipa o jornal, a Virada Cultural (imagem de capa), que ocorreria no fim de semana no Museu Ipiranga, teria segurança reforçada (FSP, 20/05/2006, p. C1).

Nono quadro. No dia 22, a cartola “guerra urbana” volta à cor vermelha e as cinco mortes registradas durante o fim de semana mantêm, segundo o jornal, a cidade em clima de “tensão”. As duas fotos que o leitor esperaria que dessem conta desse texto, entretanto, apontam para outros sentidos: o fecho de luz produzido pelos faróis de um carro da polícia ilumina somente a parte traseira do carro roubado supostamente por três jovens armados e que foram mortos pelos PMs no Parque Vitória, zona norte de São Paulo; já o referente mais imediato da fuga de presos em Campinas é a fotografia de três policiais em posição de descanso, um carro da polícia com as portas da frente abertas, a imensa cerca de arame farpado que isola o presídio e uma estreita fatia da parte lateral do que deve ser o edifício principal do mesmo finalizada pelo corpo parcialmente cortado pelo limite da margem superior de um guarda armado (FSP, 22/05/2006, p. C1).



Décimo quadro. Duas semanas após o início dos ataques do PCC, a cobertura da *Folha* está voltada aos movimentos na esfera institucional. A manchete de capa “Crise da segurança derruba secretário de presídios de SP” sinaliza essa perspectiva que visibiliza igualmente – só que de forma positiva – a atuação da polícia e da Secretaria da Segurança Pública, através de uma carta enviada à secretaria assinada por 70 integrantes do Ministério Público. Após seis anos e cinco meses na função, Nagashi Furukawa deixou a pasta num momento em que ficaram expostas publicamente suas divergências com o secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho. Em entrevista à *Folha*, o ex-secretário “evitou críticas diretas a Saulo, mas admitiu ‘divergências ideológicas e de ação’ que dificultavam um trabalho conjunto eficiente. O secretário da Segurança, segundo a *Folha*, foi um dos interlocutores mais freqüentes do governador Cláudio Lembo que não escondia suas críticas à pasta que era ocupada por Furukawa, principalmente em questões como a entrada de aparelhos de celular em presídios, que ele, governador, considera “um absurdo”. A entrada de telefones em várias das 144 unidades prisionais do estado foi um dos motivos de desgaste constante durante a gestão de Furukawa. Na mesma edição, o editorial “Contas a prestar” critica a atitude adotada pelo secretário da Segurança Pública Saulo de Castro Abreu Filho de “seguir fracassando no gerenciamento das informações relativas à crise”, ao “tergiversar para não dar a conhecer documentos públicos” e recorrer a outras medidas heterodoxas, como impedir jornalistas de ler os boletins de ocorrência. “Ninguém ignora que a polícia foi alvo de uma ação brutal da megaquadrilha presidiária. [...] Infelizmente, porém, avolumam-se indícios de que membros da corporação cometeram execuções extrajudiciais e há a suspeita de que pessoas sem vínculos com o crime tenham sido mortas. A única forma de dirimir essas dúvidas é dar total transparência às investigações” (FSP, 27/05/2006, p. A1, A2, C1,C3).

11º quadro. O quadro retrata a escalada do conflito entre presos e agentes penitenciários. No dia 30 de junho, uma chamada de capa descreve o assassinato do agente penitenciário Nilton Celestino e a reação dos agentes penitenciários que, após boicotarem o atendimento aos presos em pelo menos 19 das 144 unidades prisionais de São Paulo (dia 29/06), ameaçam proibir visitas no fim de semana, em sinal de luto e evidência da fragilidade da categoria, alvo do PCC desde que a polícia disse ter abortado dias antes (26/06) uma suposta emboscada em São Bernardo do Campo, que



resultou na morte de 13 supostos criminosos (FSP, 30/06/2006, p. C1). No mesmo dia, a *Folha* divulga o plano do PCC para matar cinco funcionários da Penitenciária 2 de Presidente Venceslau (620 quilômetros de São Paulo), onde estão isolados cerca de 400 líderes do PCC, descoberto por escutas telefônicas da polícia (FSP, 30/06/2006, p. C1). Na véspera, uma tropa de choque da PM entrou na prisão de Presidente Bernardes (589 quilômetros de São Paulo), que abriga as principais lideranças da “facção criminosa”, para revistar celas e apreender facas feitas com pedaços de vidro das janelas até então tidas como inquebráveis. A PM foi acionada porque os presos haviam feito um tumulto em solidariedade ao líder Marcola, isolado desde o dia 13 de maio na unidade (FSP, 30/06/2006). Quatro dias depois ocorre outro motim na Presidente Bernardes (04/07/2006, p. C1). Pela segunda vez em menos de quatro dias, os presos quebraram as celas e foram contidos com uso de bombas; 103 das 160 celas foram danificadas. Segundo descrição da *Folha*, os detentos gritaram, bateram nas portas de aço, ameaçaram os funcionários da prisão, quebraram quase todos os vidros das janelas das celas. Marcola teria participado do tumulto (FSP, 04/07/2006, p. A1, C1). No mesmo dia, o jornal informa sobre o sumiço de um fichário com fotos, nomes, endereços e escalas de trabalho de 130 funcionários de uma das seis unidades do complexo Campinas-Hortolândia e de prontuários e fichas médicas com dados de agentes nos Centros de Detenção Provisória de Belém 1 e 2 (zona leste) e Parelheiros (zona sul). O repórter Maurício Simionato insinua que existe uma relação direta entre o sumiço dos arquivos no complexo, o ataque a tiros que um agente sofreu no sábado (01/07) e as ameaças telefônicas contra outro agente na manhã de segunda (03/07).

12º quadro. As investigações da Polícia Civil de São Paulo, com base em escuta telefônica, estabelecem ligações entre o PCC e pelo menos cinco agentes penitenciários que atuam facilitando fugas em troca de dinheiro e poderiam estar envolvidos na morte de colegas a mando do PCC (05/07/2006, p. C1).

13º quadro. A morte do quinto agente penitenciário em dez dias, em ações atribuídas ao PCC, é objeto de um duplo deslocamento: por sua proeminência, a notícia ocupa a manchete da edição, desencadeia uma série de micro-relatos e uma forma de interação entre o jornal e o governador Cláudio Lembo. Paulo Gilberto de Araújo era diretor do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado e funcionário da Penitenciária 2 de Guarulhos (FSP, 08/07/2006, p. A1, C1). Em entrevista à *Folha*, por telefone, dias antes



(05/07), Araújo defendera a liberação do porte de armas para a categoria. O sindicalista assassinado era defensor do porte de arma. Ele próprio andava com arma, segundo colegas (FSP, 08/07/2006, p. C3). O governador se manifesta no mesmo dia, anunciando a criação de uma linha de crédito para armar os agentes penitenciários de São Paulo. No enterro, sem querer se identificar, agentes (nomes fictícios) diziam que, com medo de mais ataques, a maioria deles está se armando (FSP, 10/07/2006, p. A1, C1).

14º quadro. A paralisação dos agentes, em protesto contra o assassinato de colegas, iniciada no final de junho (11º quadro), perde força. Em quase todos os presídios do estado as visitas de parentes já eram permitidas (FSP, 10/07/2006, p. C1). Mas os assassinatos recrudescem. No dia 12, um homem de 24 anos, filho de um agente penitenciário, foi assassinado a tiros na zona sul de São Paulo, contabilizando nove mortos desde 28 de julho (FSP, 12/07/2006, p. A1). E o estado define a lista dos presos que quer transferir. A *Folha* divulga quem está na lista.

15º quadro. No Centro de Detenção de Araraquara, a porta da penitenciária para onde os presos foram levados após o motim que destruiu o Anexo de Detenção Provisório foi selada à solda. Dentro não há um só agente penitenciário. 1.443 presos estão confinados em um espaço projetado para 160 pessoas. Do alto de uma torre, o senador Eduardo Suplicy conversa com os presos. “Foi a situação mais impressionante que já vi em uma cadeia.” Na Penitenciária de Iaras, segundo o ex-detento Bruno Pellizzer, 29, após a invasão do presídio pela tropa de choque da PM, em maio, a situação é semelhante a um campo de concentração (FSP, 08/07/2006, p. C4). No dia 11, para conter um ato de indisciplina no Anexo de Detenção Provisória de Araraquara, os agentes atiraram com balas de borracha. Quatro detentos foram feridos, segundo parentes das vítimas. Cerca de 50 mulheres e mães dos presos que faziam vigília do lado de fora foram atingidas por uma bomba de efeito moral (FSP, 11/07/2006).

16º quadro. As ações do PCC parecem voltar ao seu leito natural, são acompanhadas pela ausência da cartola de cobertura “guerra urbana”, dando lugar a um mapa elaborado pelo governo paulista sobre as regiões de influência no Estado dos líderes do PCC e de seus colaboradores. Com essas informações, a polícia pretende estabelecer estratégias de combate aos “soldados” do grupo (FSP, 27/07/2006, p. A1, C1). No dia



seguinte, a *Folha* realiza um trabalho cartográfico das ações do PCC no Paraguai (FSP, 25/07/2006, p. C1).

17º quadro. A “guerra urbana” nesse quadro reúne uma rede de discursos – jornalismo, política e judiciário. No campo do jornalismo, a FSP mitiga o logotipo interrogativo em benefício do logotipo predicativo e eleva o seqüestro do repórter da *Rede Globo* Guilherme Portanova à categoria de “ataque à imprensa”, um passo “temerário” nos métodos do crime organizado que transcende a esfera dos protagonistas imediatos: “Tratou-se de um atentado contra a imprensa, de cuja liberdade depende, em grande medida, a própria democracia” (FSP, 15/08/2006, p. A2). A reação do judiciário veio com a juíza Isaura Cristina Barreira, do Departamento de Execuções Criminais, que decidiu prorrogar por mais 30 dias a permanência de Marcola e de mais três integrantes do PCC no Regime Disciplinar Diferenciado de Presidente Bernardes. Para o campo do judiciário o RDD é um *imbroglio*. Na terça-feira (15/08), a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu *habeas corpus* em favor de Marcola por considerar inconstitucional a sua internação. Marcola, entretanto, continuará no RDD porque há uma segunda decisão nesse sentido, de maio, que continua vigente por mais um mês (FSP, 15/08/2006, p. C1, C3).

18º quadro. Mais concretamente, dentro da esfera jornalística de “guerra urbana”, governo estadual e união articulam-se para combater a lavagem de dinheiro. A *Folha* adianta que a estratégia será investigar a movimentação bancária de integrantes, eliminar fontes de recursos e bloquear o dinheiro da “facção”. Vão participar da investigação os ministérios da Justiça – por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – e da Fazenda – por meio do Banco Central e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras. A intenção da força-tarefa, que vai definir a estratégia de atuação e trocar informações com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Polícia Federal e Receita Federal, é rastrear movimentações suspeitas, identificar os titulares das contas e buscar, na Justiça, o bloqueio do dinheiro. Ou seja: asfixiar financeiramente o PCC (FSP, 19/08/2006, p. C3).

19º quadro. Começam a aparecer os prováveis tentáculos do PCC instalados na sociedade. Um aparelho telefônico da operadora Nextel, pertencente a uma cooperativa de perueiros, encontrado em uma delegacia de polícia de Suzano (cidade da Grande São



Paulo) atacada por integrantes do “grupo criminoso” no dia 7/04/2006, desenrola uma meada. O telefone faz parte de um lote comprado pela Associação Paulistana Garagem 2 – grupo de 215 perueiros que não tem existência legal para a prefeitura e é associado a uma cooperativa, a Associação Paulistana, que venceu a licitação e repassou parte de sua área. Dois dias depois, a polícia denuncia ligações do PCC com o PT. Em um telefonema, presos na região oeste do estado teriam recebido ordem da “facção criminosa” de atacar políticos “menos os do PT” (FSP, 23/08/2006, p. A1).

20º quadro. A “guerra urbana” estende-se para fora de São Paulo e os efeitos desse prolongamento, na forma de megaoperações da PF, segundo a *Folha*, produzem dividendos eleitorais para o presidente Lula. Na capital gaúcha a polícia prendeu 26 integrantes de uma quadrilha – simpatizantes ou integrantes do PCC, segundo a PF – que levou 164,8 milhões de reais do Banco Central em Fortaleza e já havia escavado um túnel de 80 metros para chegar aos cofres-fortes do Banrisul e da Caixa Econômica de Porto Alegre (FSP, 02/09/2006, p. A1, C1).

No âmbito do terrorismo

Os próximos quadros vão liberar a sombra do terrorismo que se insinua lentamente a nós no noticiário até a sua emergência como elemento central do quadro.

Primeiro quadro. O jornal sinaliza a retomada da “guerra urbana” amplia e desterritorializa o espaço da mesma na extensão da primeira página ao estabelecer, durante dois dias consecutivos, um diálogo direto com o conflito entre Líbano e Israel: em estreita proximidade (manchete dos ataques em São Paulo imediatamente acima da fotografia dos tanques de combustível em chamas no aeroporto de Beirute no primeiro dia e, no segundo dia, manchete sobre as ações políticas em São Paulo descolada de fotografia da ponte atingida por bombardeio israelense por uma tênue linha de apoio que desdobra a mesma manchete). O medo das empresas de ônibus leva a uma paralisação branca, o que deixa dois milhões a pé (em São Paulo) enquanto no Líbano, os ataques das forças israelenses provocam destruição e um saldo de 67 mortes, entre essas a família de brasileiros que morava em Foz do Iguaçu e passava férias no Líbano (FSP, 14/07/2006 e 15/07/2006, p. A1).

Segundo quadro. Uma nova onda de ataques do PCC, desta vez concentrada no interior, articula-se ao sentido jornalístico de “guerra urbana” e volta a estabelecer uma relação de proximidade entre o conflito paulista e o conflito entre Israel e o Líbano, embora nesse momento a destruição que o primeiro provoca e que está visibilizada na fotografia da primeira página não se reflita diretamente na notícia dos movimentos diplomáticos, levados a efeito no Oriente Médio e destituídos da instantaneidade das imagens de impacto, que ocupam a extensão de uma chamada regulada por duas colunas (FSP, 09/08/2006, p. A1).

Terceiro quadro. O conflito faz dialogar em um mesmo quadro materializado na primeira página as ações do governo paulista contra a “facção criminosa” e a mulher libanesa que chora por suas perdas no ataque de Israel a Qana. Nesse caso é possível, com o aporte da legenda (menção ao pedido da ONU à Europa para que fortaleça a força de paz no Líbano contrabalançando as ofertas dos países muçulmanos) e do miolo da cobertura, apontar, igualmente, o desdobramento do sentido original de “facção criminosa”, atribuído ao PCC por antonomásia, em grupo terrorista e os seus ataques e ações, esporadicamente já qualificados de atentados, como sendo “atos terroristas” (FSP, 19/08/2006, p. C1).

Quarto quadro. Começa a gestação no âmbito da sociedade de novas leis para a tipificação penal do crime organizado – terrorismo criminal – e receptação qualificada que atinge advogados que aceitam pagamentos feitos com “dinheiro sujo”. O relator da CPI, deputado Paulo Pimenta, não detalhou como serão definidas as organizações criminosas, mas disse que os casos de terrorismo precisam ser diferenciados do rol de crimes políticos (FSP, 07/09/2006, p. C4). Duas semanas depois, a Apamagis – associação que reúne os magistrados paulistas – entregou ao governador Cláudio Lembo um anteprojeto que prevê mais rigor da lei no combate ao crime. O “pacote anti-PCC” cria novos dispositivos no Código Penal. Um deles fixa reclusão de seis a 12 anos a quem integrar organizações criminosas de qualquer tipo (FSP, 13/09/2006, p. C1).

Considerações finais e proposta

Tudo o que foi dito até aqui remete a dois tipos de considerações conclusivas e a um recomeço.

Primeiro, em termos metodológicos. O problema que nos colocamos inicialmente foi desfazer a estrutura jornalística que apinha os acontecimentos na página do jornal e constituir em um espaço de análise uma série de quadros sobre o mesmo acontecimento que resultou, segundo a FSP, em uma “guerra urbana”. O que parecia fixo, organizado e classificado em um espaço rígido, delimitado pelo diagrama e a temporalidade diária, pode ser então liberado como uma nova possibilidade não mais de plasmar o agora arbitrariamente na página, mas de reconhecimento de um agora liberado da efemeridade e da aparência jornalística. Em um outro espaço, foi possível contemplar a vivacidade de cada um desses quadros e das regularidades que os atravessam. Dar foco à apresentação dos indivíduos e dos lugares da periculosidade, à contabilidade abstrata dos números.

Segundo: poder-se-ia considerar que a constituição desses quadros seguiu uma abordagem epistemológica fundamentada em uma crítica das práticas midiáticas que impõe como tarefa centrar-se no estudo do que ocorre cotidianamente com uma rede de instituições que pretende o controle social em articulação com a mecânica jornalística que anima e dissemina esses discursos (A. Comte já chamava a atenção para esse poder jornalístico). Uma analítica do modo de objetivação jornalística das coisas e dos indivíduos tenta mostrar do que se trata, como aparecem essas relações de poder subjacentes à materialidade discursiva. No caso concreto dos presídios, acompanhamos a emergência de uma série de idéias sobre o reordenamento das penalidades, sobre a condição dos prisioneiros, o status que eles têm na prisão ou ao sair dela e, principalmente, a morosa transformação da noção de indivíduo perigoso para a sociedade, de criminoso a terrorista.

Terceiro: neste nível de reflexão final, imediatamente articulado com a consideração anterior, nos interessa introduzir aqui o conceito de reportagem de idéias, assim como essa foi sendo elaborada por Foucault durante os seus trabalhos no Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP) e desenvolvida nos escritos sobre a revolução iraniana para o *Corriere della Sera*, entre eles o dedicado ao próprio conceito, publicado pelo jornal dia 12/11/1978 (1994, p. 706-707). Em “As reportagens de idéias”, Foucault propõe um cruzamento entre o trabalho dos intelectuais e dos jornalistas com o intuito de levar adiante um modo de olhar para os problemas do presente, em uma linguagem livre do assédio das verdades cristalizadas pelo senso comum, dando voz a quem não está habituado a manifestá-la e a se fazer escutar.



O que vem sendo feito pelo jornalismo contemporâneo com os acontecimentos, mais concretamente, o que foi feito pela FSP durante o que chamou de “guerra urbana”, anda a contrapelo de um projeto de jornalismo exaustivo de idéias; em nome do que parece ser o princípio de objetividade e outras normas que definem a positividade jornalística, o jornal declina em “novos” relatos uma fábula redundante (que já havíamos localizado em estudo anterior sobre o jornalismo brasileiro decimonônico) sobre a periculosidade dos indivíduos, a ineficiência do estado e das instituições, o medo da sociedade e a necessidade de um reaparelhamento dos aparelhos de vigilância e repressão.

O jornalismo de idéias, ao propor uma descrição de singularidades históricas em andamento, realiza a escuta. Não qualquer escuta. Quando Foucault começou a pensá-lo, durante as ações do GIP, uma estratégia para fazer do jornalismo um modo de intervenção foi dar voz aos presos. A *Folha* não incluiu em suas práticas essa escuta dos presidiários. Seus líderes foram narrados e habitaram a sombra de um jogo de poder em torno do crime, dos regimes disciplinares e do sistema de segurança pública que faz emergir os lugares da periculosidade, as vozes das instituições, da sociedade atemorizada pelas ações criminosas e das vítimas da “guerra urbana”. Uma voz manifestou-se transgressivamente: o governador Cláudio Lembo que em entrevista à *Folha* cunhou a figura da “elite branca”, dando substância a uma linguagem do exterior que, rapidamente, foi reduzida à incompatibilidade absoluta com a estrutura jornalística.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, M. 1994. “Les reportages d’idées”. In: *Dits et écrits*. Paris, Éditions Gallimard, p. 706-707.